

Boletim

2021

Abril 2022

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Resultado de 2021 (Anual e Trimestral)

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Secretário Especial da Fazenda

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário do Tesouro Nacional

Paulo Fontoura Valle

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Janete Duarte Mol

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Artur Henrique da Silva Santos

Karla de Lima Rocha

Luciana de Almeida Toldo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Arte

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Viviane Barros e Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Telefone: (61) 3412-1843

Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 18 de abril de 2022

Sumário

Resultado acumulado no ano de 2021

1. Receita do Governo Geral	10
2. Despesa do Governo Geral	13

Resultado do 4º trimestre de 2021

3. Receita do Governo Geral	21
4. Despesa do Governo Geral	23

5. Notas Metodológicas	27
------------------------------	----

5.1. Apresentação	27
-------------------------	----

5.2. Abrangência	27
------------------------	----

5.2.1. Governo central	28
------------------------------	----

5.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios)	28
---	----

5.3. Fontes e metodologia	28
---------------------------------	----

5.3.1. Bases de dados	28
-----------------------------	----

5.3.2. Base de registro	29
-------------------------------	----

5.3.3. Consolidação	30
---------------------------	----

5.4. Indicadores GFS	30
----------------------------	----

5.4.1. Demonstrativo de Operações	30
---	----

5.4.2. Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa	31
--	----

5.5. Revisões	31
---------------------	----

5.6. Comparações com outras estatísticas fiscais	33
--	----

5.7. Fontes externas e publicações relacionadas	34
---	----

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2021	7
Tabela 2 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2021	7
Tabela 3 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2021	9
Tabela 4 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil - Resultado acumulado no ano - 2021.....	10
Tabela 5 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2020/2021	10
Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano de 2021	13
Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2020/2021	13
Tabela 8 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2021	18
Tabela 9 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2020/2021.....	18
Tabela 10 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2021	20
Tabela 11 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2021	21
Tabela 12 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2020/2021	21
Tabela 13 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2021	23
Tabela 14 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2020/2021	23
Gráfico 1 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2010/2021	8
Gráfico 2 – Receita e despesa do governo geral – 2010/2021	8
Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo – 2010/2021	11
Gráfico 4 - Composição da receita do governo geral – 2010/2021	11
Gráfico 6 - Composição da receita por esfera de governo – 2021.....	12
Gráfico 5 - Composição da receita de impostos do governo geral – 2010/2021.....	12
Gráfico 8 – Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do governo geral - 2010/2021	14
Gráfico 7 - Evolução da despesa por esfera de governo - 2010/2021	14
Gráfico 9 - Composição do gasto do governo geral - 2010/2021	15
Gráfico 10 - Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do governo geral - 2010/2021	15
Gráfico 11 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2010/2021.....	16
Gráfico 12 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do governo central – 2021.....	16
Gráfico 13 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2020/2021	19
Gráfico 14 – Receita e despesa do governo geral – 2020/2021	19
Gráfico 15 - Evolução da receita por esfera de governo – 2020/2021	22
Gráfico 16 - Composição da receita do governo geral – 2020/2021	22
Gráfico 18 – Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do governo geral - 2020/2021	24
Gráfico 17 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2020/2021	24
Gráfico 19 - Composição do gasto do governo geral - 2020/2021	25

Gráfico 20 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2020/2021.....	25
Gráfico 21 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do governo central – 2021.IV.....	26

Resultado no Ano de 2021

Sumário Executivo

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral¹ apresenta estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios – consolidadas no setor Governo Geral, apuradas pelo regime de competência². A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal e antecipa o cumprimento de recomendação do G-20 acerca da disseminação de dados fiscais.

Em 2021, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral alcançou 2,0% do PIB, ante 12,1% do PIB registrado no ano anterior. Essa variação é explicada pelo aumento nominal de 26,4% da receita em relação ao ano anterior ante um aumento de apenas 0,9% da despesa no mesmo período.

Em porcentagem do PIB, o total da receita do Governo Geral passou de 38,7% em 2020 para 42,0% em 2021. Esse aumento de 3,3 p.p. do PIB reflete uma recuperação após a queda da atividade econômica e os esforços fiscais implementados em 2020 para enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, voltando aos patamares de 2019, quando a receita foi equivalente à 41,8% do PIB.

Em termos de porcentagem do PIB, a despesa total Governo Geral registrou recuo, ao passar de 50,8% do PIB no ano anterior para 44,1% do PIB em 2021. Os gastos passaram de 51,0% do PIB no período do ano anterior para 44,4% do PIB em 2021. Já o investimento líquido partiu de um valor negativo de 0,2% do PIB para um valor negativo de 0,4% do PIB. A diminuição dos gastos é essencialmente explicada pela significativa redução dos gastos com benefícios sociais (15,7% em termos nominais).

O nível negativo do investimento líquido em ativos não financeiros quase dobrou e apresentou uma variação nominal de 95,3% em 2021 quando comparado com 2020, principalmente devido ao aumento de 16,3% do consumo de capital fixo do Governo Geral em 2021 em relação a 2020. Por outro lado, houve aumento na aquisição de ativos não financeiros (5,2%).

¹ Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

² A receita é apurada pelo regime de caixa. A despesa é apurada pelo regime de competência que corresponde ao conceito de despesa liquidada incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2021
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	2.319.343	170.563	-30.674	2.459.231	1.158.774	862.016	-832.659	3.647.362
d/q 1411. Juros	208.799	31.696	-30.674	209.820	5.037	10.704	-30.040	195.520
2M. Despesa (2+31)	2.728.184	141.901	-30.674	2.839.411	1.055.892	760.522	-832.659	3.823.165
2. Gasto	2.758.292	141.901	-30.674	2.869.519	1.055.315	761.894	-832.659	3.854.068
d/q 23. Consumo de capital fixo	43.903	0	0	43.903	49.314	48.653	0	141.870
d/q 24. Juros	601.818	19.667	-30.674	590.810	36.973	5.124	-30.040	602.867
31. Investimento líquido	-30.108	0	0	-30.108	577	-1.372	0	-30.903
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)	-408.841	28.662	0	-380.179	102.883	101.494	0	-175.802
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	-15.822	16.633	0	811	134.819	95.915	0	231.544
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	20.371	0	0	20.371	49.612	n.d.	0	n.d.
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-395.046	28.662	0	-366.384	152.773	148.775	0	-64.836
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-438.949	28.662	0	-410.287	103.459	100.122	0	-206.706

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2021
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2020	2021	Diferença	Var. %
1. Receita	2.886.422	3.647.362	760.941	26,36%
d/q 1411. Juros	128.698	195.520	66.822	51,92%
2M. Despesa (2+31)	3.789.463	3.823.165	33.702	0,89%
2. Gasto	3.805.283	3.854.068	48.785	1,28%
d/q 23. Consumo de capital fixo	121.954	141.870	19.916	16,33%
d/q 24. Juros	433.894	602.867	168.973	38,94%
31. Investimento líquido	-15.820	-30.903	-15.083	95,34%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-903.041	-175.802	727.239	-80,53%
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	-597.845	231.544	829.389	-138,73%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 1 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

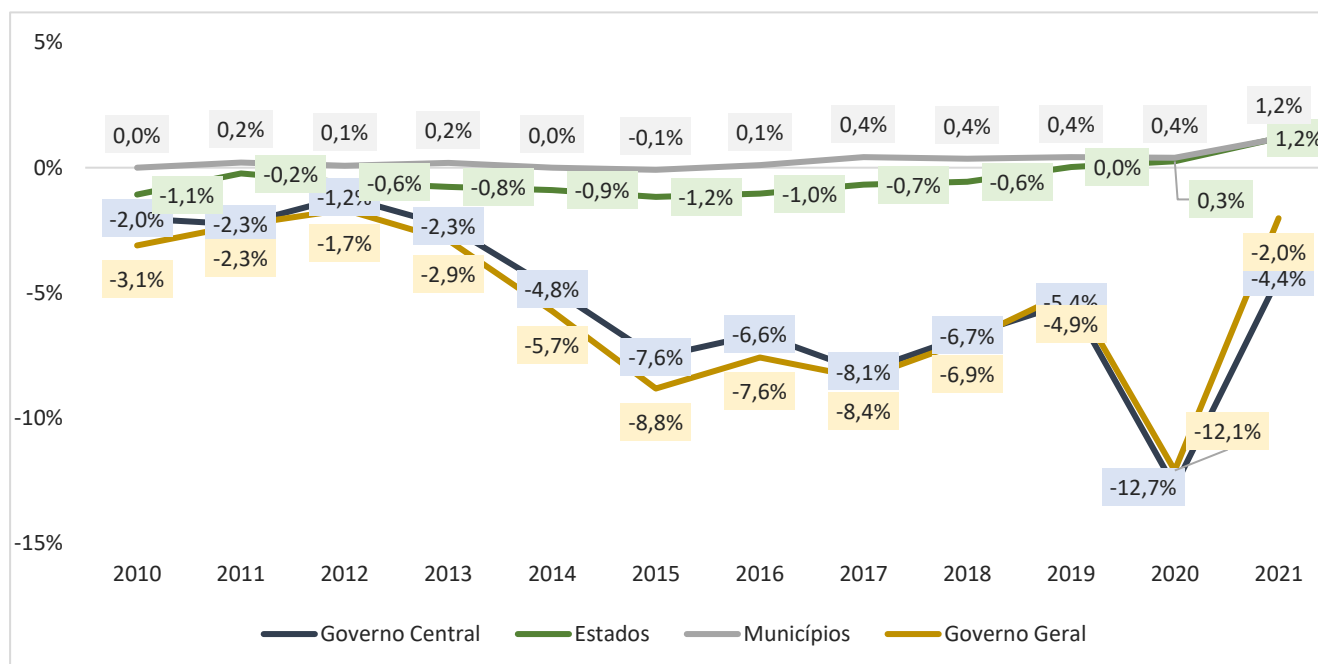


Gráfico 2 – Receita e despesa do governo geral – 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

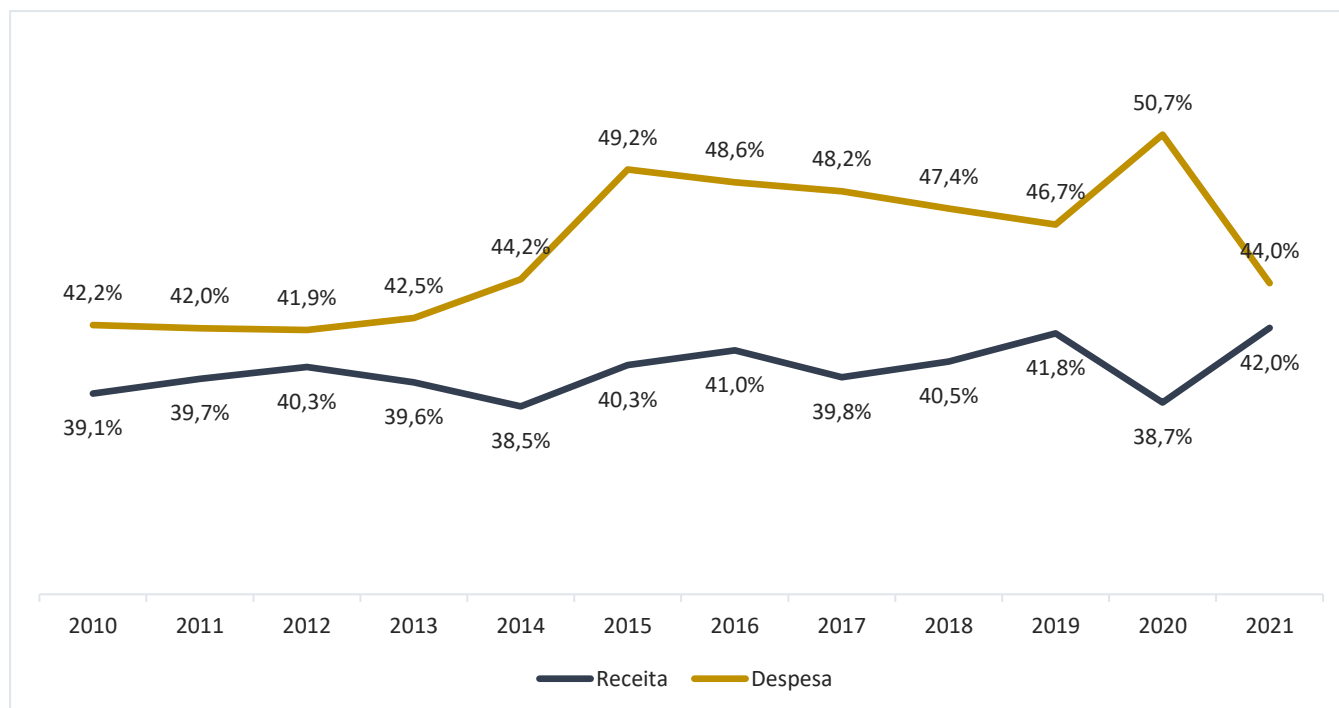


Tabela 3 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2021

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipa is	Coluna de consolida ção	Governo Geral ²
	Orçamen tário	Extraorça mentário	Coluna de consolida ção	Governo Central consolida do				
1. Receita	26,7%	2,0%	-0,4%	28,3%	13,4%	9,9%	-9,6%	42,0%
d/q 1411. Juros	2,4%	0,4%	-0,4%	2,4%	0,1%	0,1%	-0,3%	2,3%
2M. Despesa (2+31)	31,4%	1,6%	-0,4%	32,7%	12,2%	8,8%	-9,6%	44,0%
2. Gasto	31,8%	1,6%	-0,4%	33,1%	12,2%	8,8%	-9,6%	44,4%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%	0,6%	0,6%	0,0%	1,6%
d/q 24. Juros	6,9%	0,2%	-0,4%	6,8%	0,4%	0,1%	-0,3%	6,9%
31. Investimento líquido	-0,3%	0,0%	0,0%	-0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,4%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-4,7%	0,3%	0,0%	-4,4%	1,2%	1,2%	0,0%	-2,0%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	-0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	1,6%	1,1%	0,0%	2,7%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	0,2%	0,0%	0,0%	0,2%	0,6%	n.d.	0,0%	n.d.
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-4,6%	0,3%	0,0%	-4,2%	1,8%	1,7%	0,0%	-0,7%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-5,1%	0,3%	0,0%	-4,7%	1,2%	1,2%	0,0%	-2,4%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

1. Receita do Governo Geral

Tabela 4 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil - Resultado acumulado no ano - 2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	2.319.343	170.563	-30.674	2.459.231	1.158.774	862.016	-832.659	3.647.362
11. Impostos	1.271.903	0	0	1.271.903	751.234	178.330	0	2.201.467
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	696.007	0	0	696.007	0	0	0	696.007
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	26.222	0	0	26.222	0	0	0	26.222
113. Impostos sobre a propriedade	2.187	0	0	2.187	66.302	75.016	0	143.505
114. Impostos sobre bens e serviços	485.451	0	0	485.451	684.932	103.314	0	1.273.698
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	62.036	0	0	62.036	0	0	0	62.036
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	619.495	137.227	0	756.722	87.664	44.509	0	888.895
13. Transferências / Doações	617	0	0	617	227.368	574.642	-802.619	8
14. Outras receitas	427.329	33.335	-30.674	429.990	92.507	64.535	-30.040	556.992
1411. Juros	208.799	31.696	-30.674	209.820	5.037	10.704	-30.040	195.520
14x. Demais	218.530	1.640	0	220.169	87.471	53.831	0	361.471

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 5 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2020/2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2020	2021	Diferença	Var. %
1. Receita	2.886.422	3.647.362	760.941	26,36%
11. Impostos	1.716.537	2.201.467	484.930	28,25%
12. Contribuições sociais	799.126	888.895	89.769	11,23%
13. Transferências / Doações	180	8	-171	-95,36%
14. Outras receitas	370.580	556.992	186.412	50,30%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo – 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

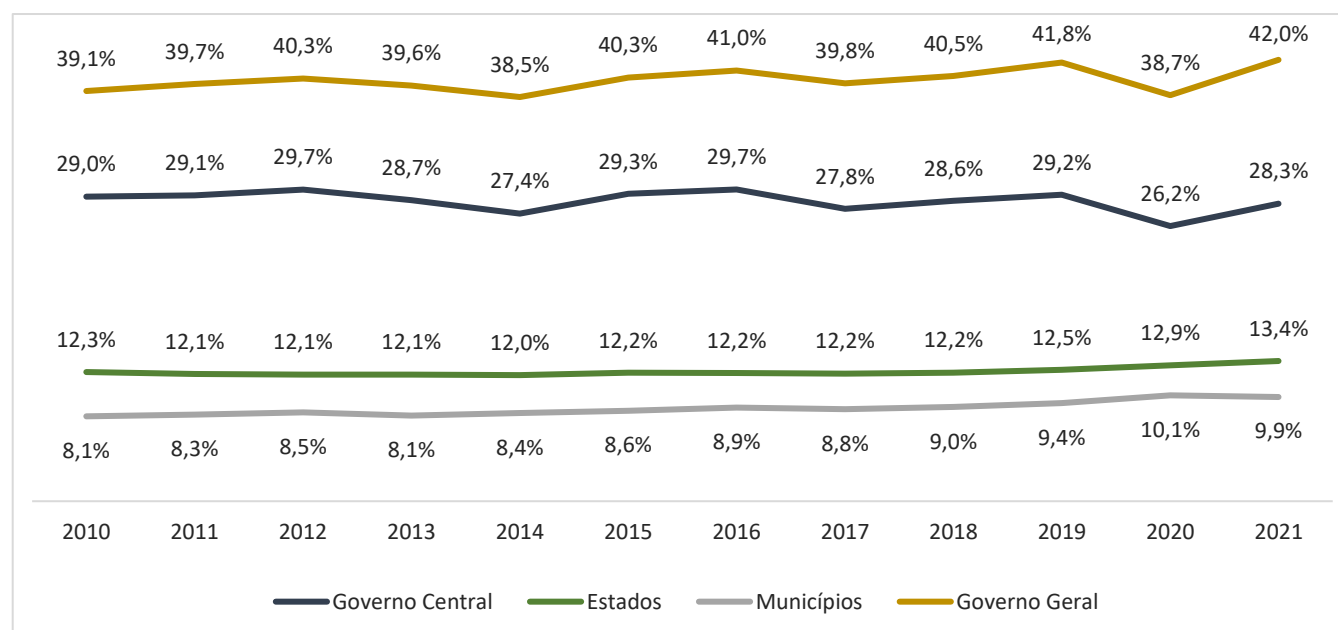


Gráfico 4 - Composição da receita do governo geral – 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

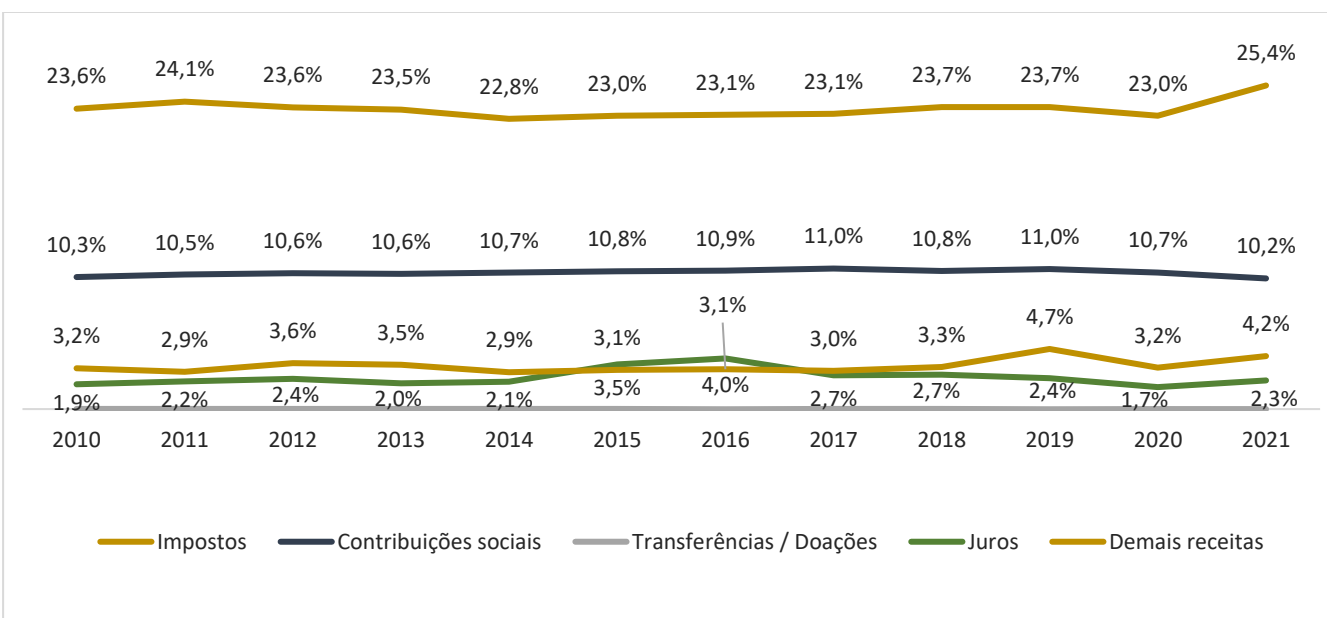


Gráfico 5 - Composição da receita de impostos do governo geral – 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

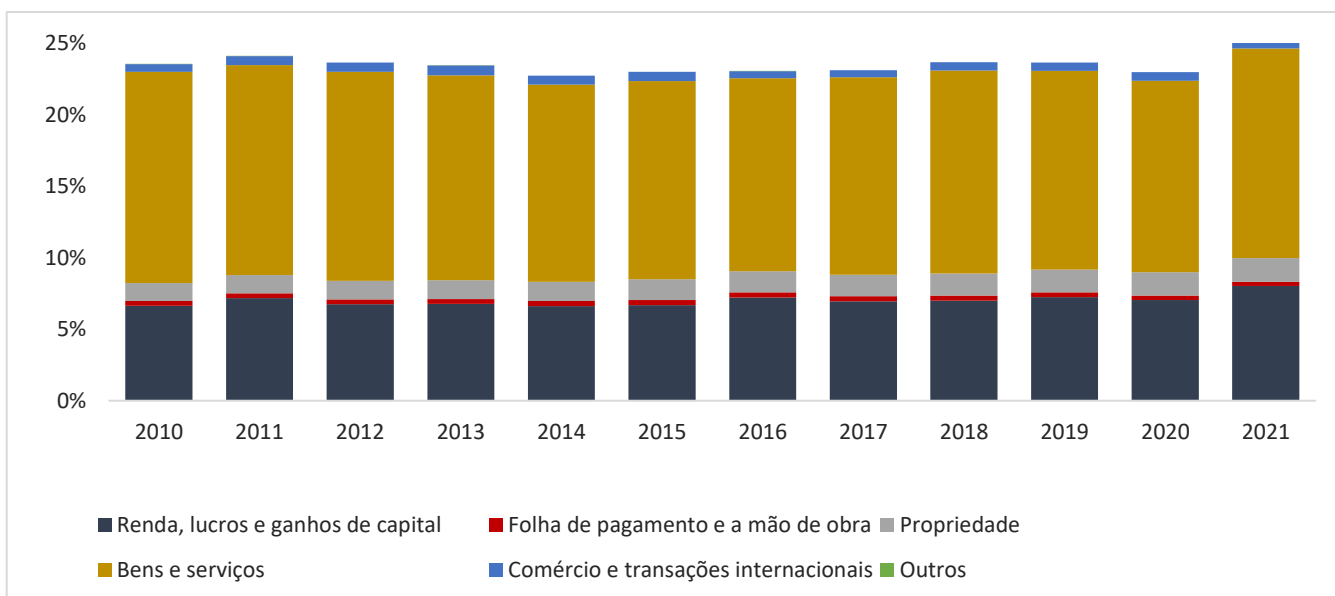
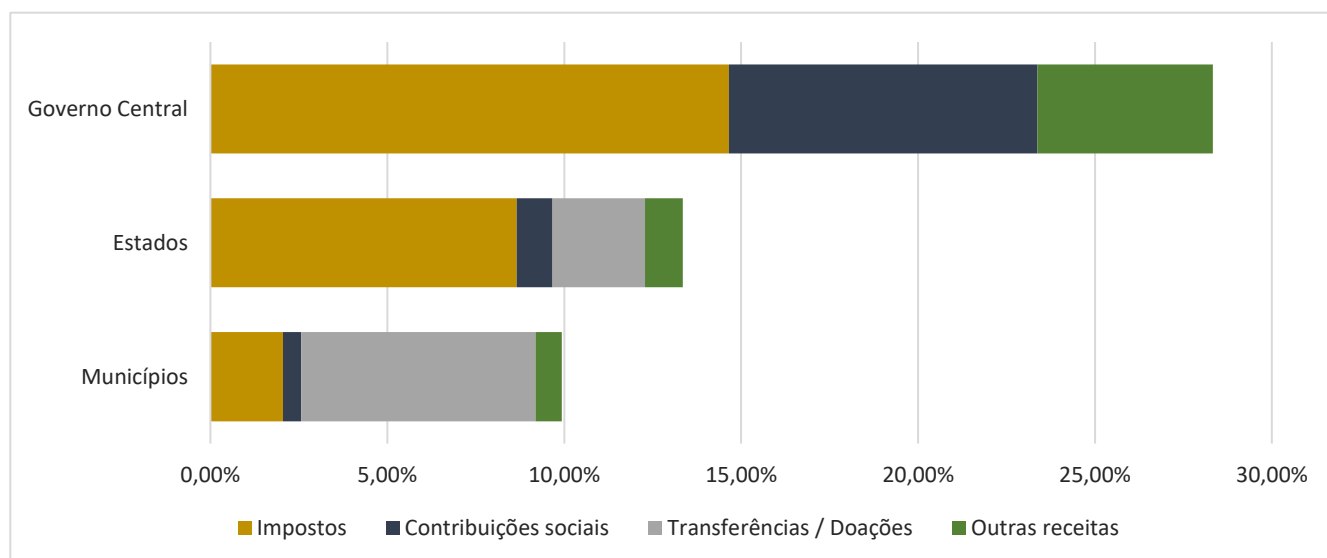


Gráfico 6 - Composição da receita por esfera de governo – 2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano de 2021
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes¹Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	2.728.184	141.901	-30.674	2.839.411	1.055.892	760.522	-832.659	3.823.165
2. Gasto	2.758.292	141.901	-30.674	2.869.519	1.055.315	761.894	-832.659	3.854.068
21. Remuneração de empregados	310.395	0	0	310.395	363.205	344.311	0	1.017.912
22. Uso de bens e serviços	63.031	2.496	0	65.527	144.246	238.511	0	448.284
23. Consumo de capital fixo	43.903	0	0	43.903	49.314	48.653	0	141.870
24. Juros	601.818	19.667	-30.674	590.810	36.973	5.124	-30.040	602.867
25. Subsídios	12.234	0	0	12.234	1.034	1.051	0	14.319
26. Transferências / Doações	595.465	0	0	595.465	207.411	4.926	-802.619	5.183
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.078.029	119.738	0	1.197.767	206.250	63.252	0	1.467.269
28. Outros gastos	53.417	0	0	53.417	46.881	56.067	0	156.365
31. Investimento líquido	-30.108	0	0	-30.108	577	-1.372	0	-30.903
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	22.419	0	0	22.419	50.465	47.934	0	120.819
31.2. Venda de ativos não financeiros	8.624	0	0	8.624	575	654	0	9.853
31.3. Consumo de capital fixo	43.903	0	0	43.903	49.314	48.653	0	141.870

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2020/2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2020	2021	Diferença	Variação %
2M. Despesa (2+31)	3.789.463	3.823.165	33.702	0,89%
2. Gasto	3.805.283	3.854.068	48.785	1,28%
21. Remuneração de empregados	980.056	1.017.912	37.856	3,86%
22. Uso de bens e serviços	392.054	448.284	56.230	14,34%
23. Consumo de capital fixo	121.954	141.870	19.916	16,33%
24. Juros	433.894	602.867	168.973	38,94%
25. Subsídios	13.671	14.319	648	4,74%
26. Transferências / Doações	4.012	5.183	1.171	29,18%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.740.138	1.467.269	-272.869	-15,68%
28. Outros gastos	119.503	156.365	36.862	30,85%
31. Investimento líquido	-15.820	-30.903	-15.083	95,34%
Aquisição de ativos não financeiros	114.856	120.819	5.963	5,19%
Venda de ativos não financeiros	8.722	9.853	1.131	12,96%
Consumo de capital fixo	121.954	141.870	19.916	16,33%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 7 - Evolução da despesa por esfera de governo - 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

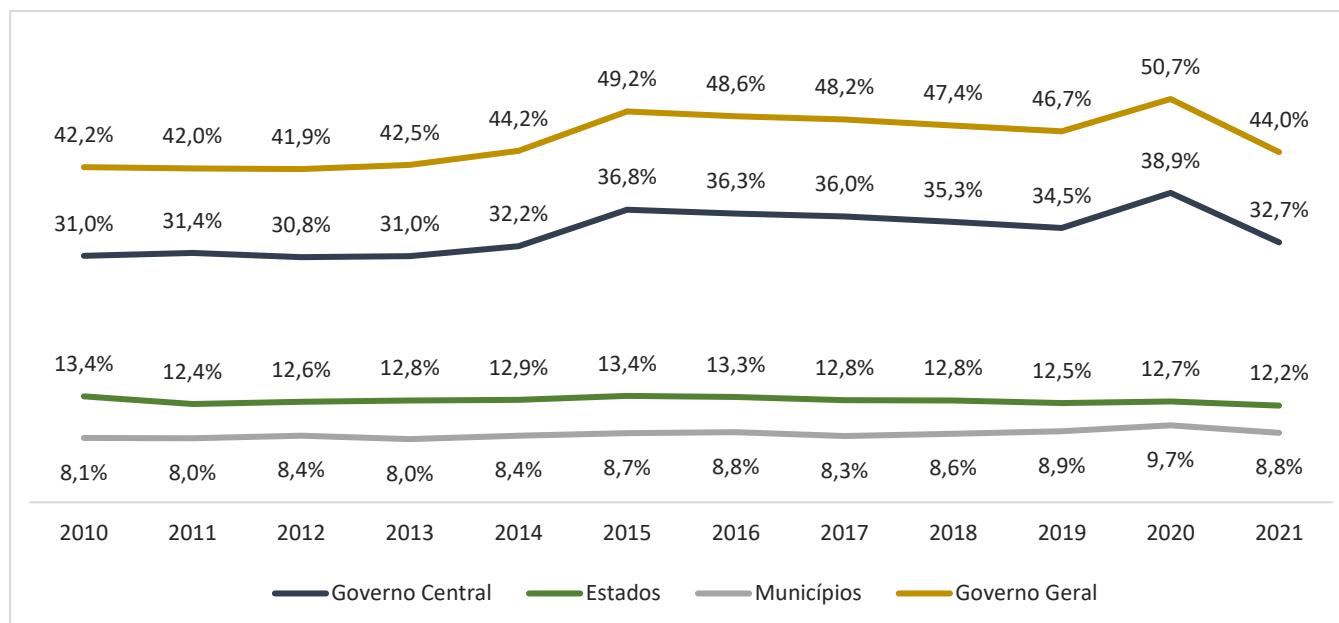


Gráfico 8 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do governo geral - 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

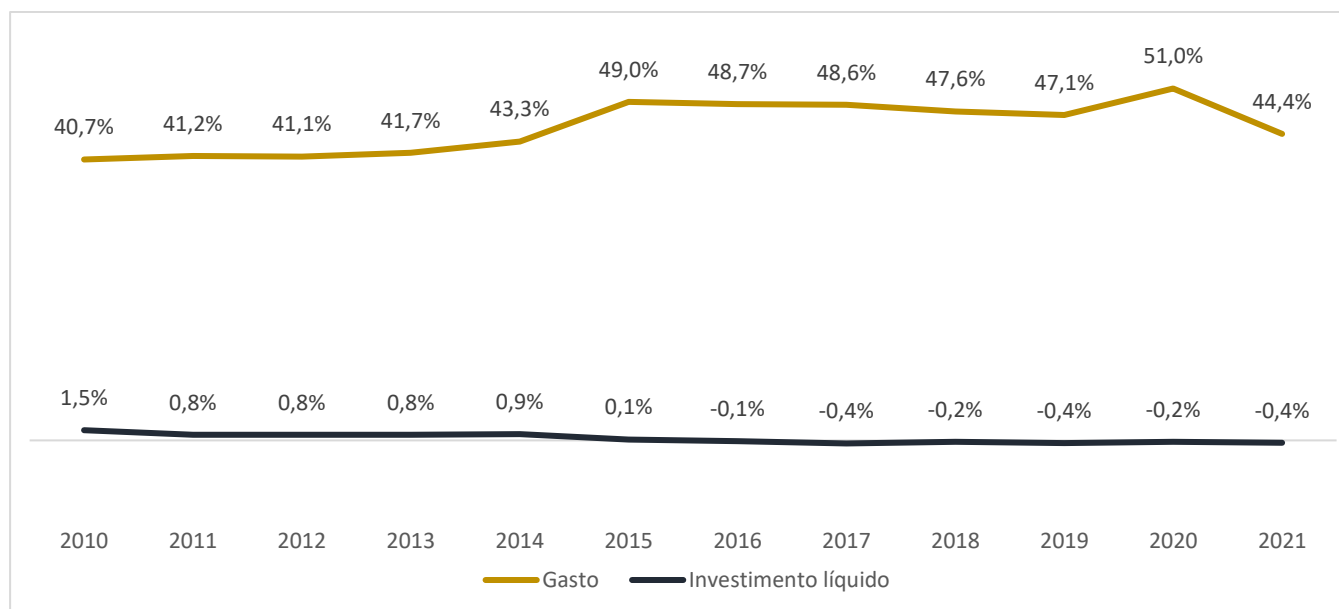
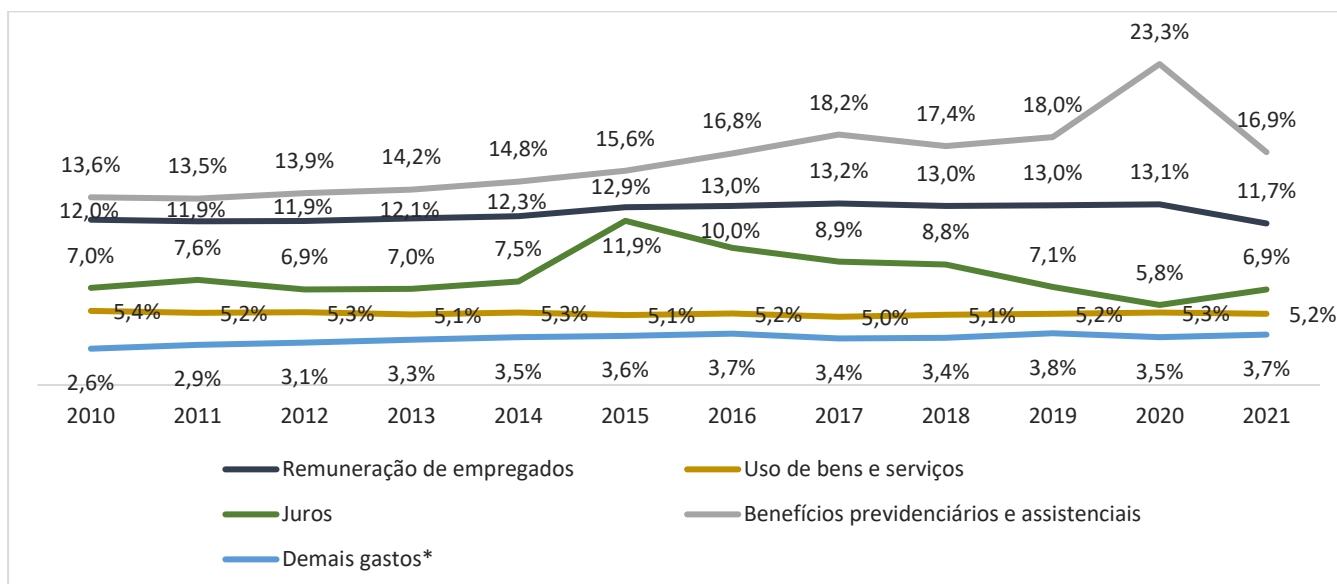


Gráfico 9 - Composição do gasto do governo geral - 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de subsídios, transferências, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 10 - Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do governo geral - 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

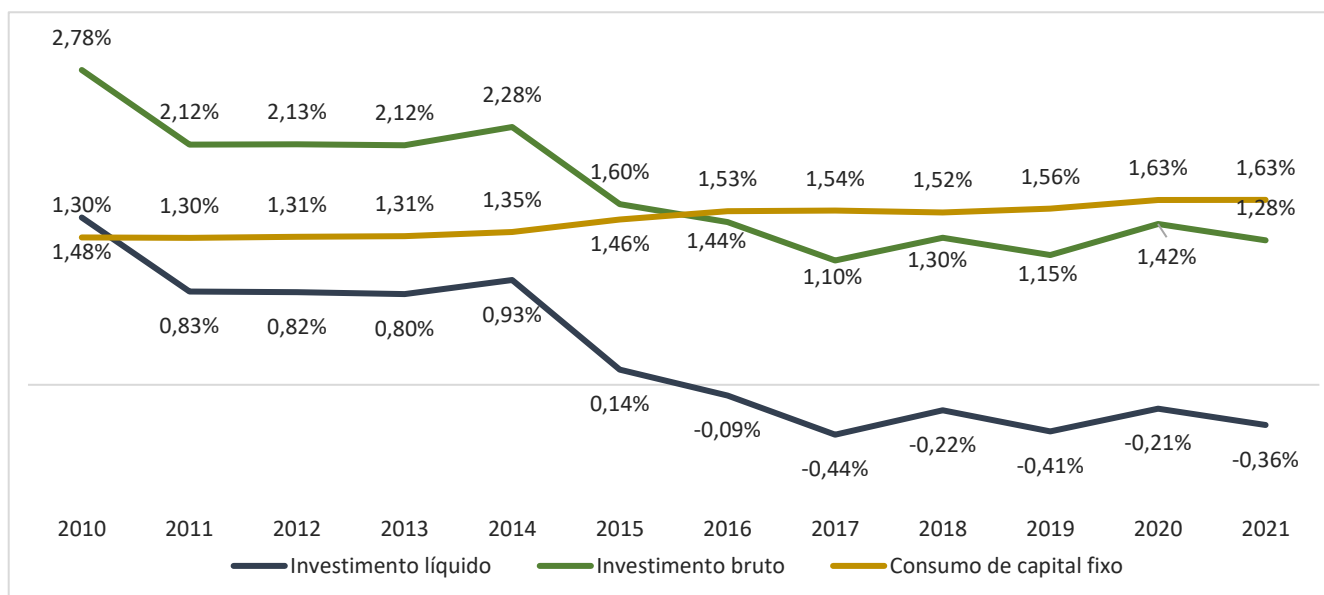


Gráfico 11 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2010/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

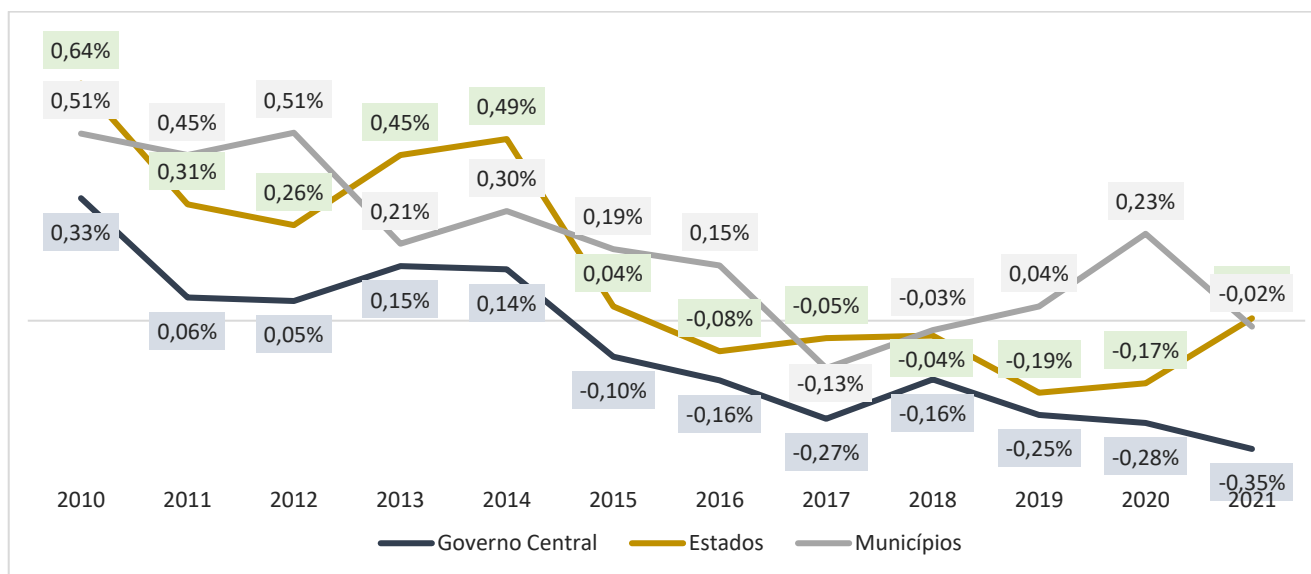
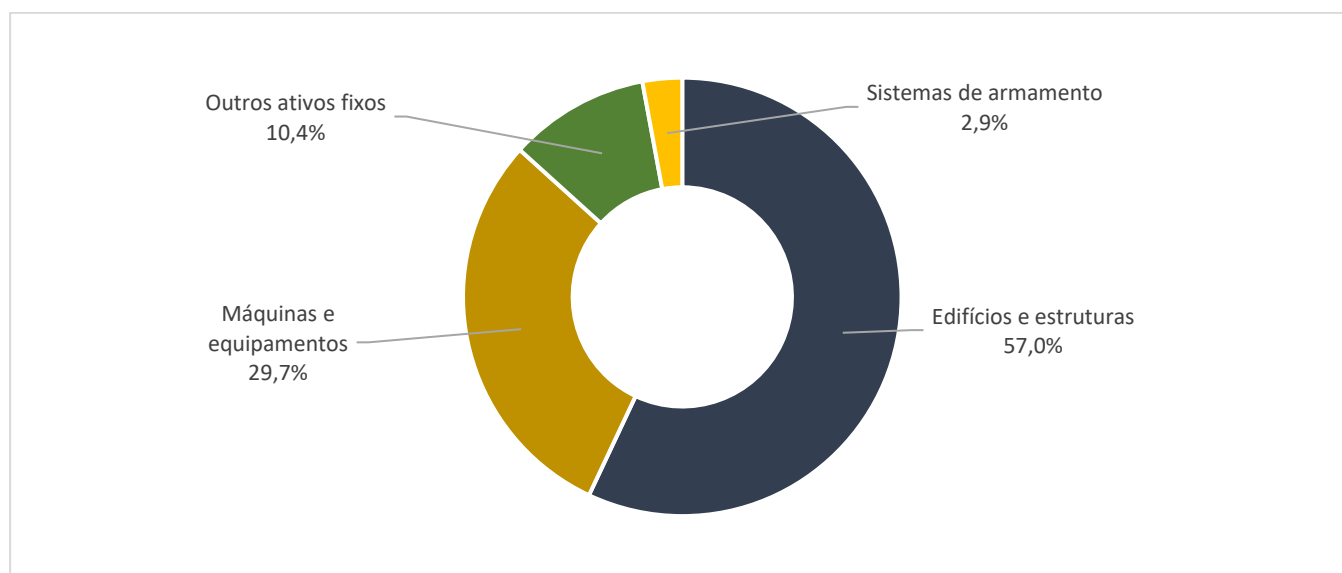


Gráfico 12 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do governo central – 2021

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Resultado do 4º Trimestre de 2021

Sumário Executivo

No 4º trimestre de 2021, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral alcançou 3,4% do PIB, ante 9,8% do PIB no mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve ao aumento nominal de 21,2% da receita do Governo Geral em relação ao mesmo período do ano anterior, e um menor aumento da despesa (5,6%).

Em termos de porcentagem do PIB, a receita aumentou 3,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 41,9% do PIB para 45,3% no 4º trimestre de 2021. Essa elevação é explicada principalmente pelo aumento na arrecadação de impostos e em outras receitas.

A despesa total Governo Geral registrou 48,7% do PIB no 4º trimestre de 2021, o que representa uma redução de 3,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Os gastos passaram de 51,3% do PIB no último trimestre de 2020 para 48,3% do PIB no último trimestre de 2021, enquanto o investimento líquido se manteve praticamente no mesmo patamar nos mesmos períodos (0,4% do PIB). No que se refere aos gastos, vale ressaltar a queda significativa do gasto com benefícios sociais (14,7% em termos nominais), principalmente em razão da diminuição dos repasses que estavam em andamento em virtude das medidas para o enfrentamento à pandemia de Covid-19.

O investimento líquido em ativos não financeiros registrou decréscimo nominal de 1,2% no 4º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2020. Apesar do aumento registrado na aquisição de ativos não financeiros, verificou-se também o aumento nas alienações de ativos não financeiros e consumo de capital fixo.

Tabela 8 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	673.464	48.286	-6.124	715.625	315.946	234.323	-243.370	1.022.524
d/q 1411. Juros	63.627	6.464	-6.124	63.967	2.486	3.372	-9.542	60.283
2M. Despesa (2+31)	741.978	33.766	-6.124	769.620	336.159	236.890	-243.370	1.099.299
2. Gasto	751.545	33.766	-6.124	779.187	322.668	231.924	-243.370	1.090.409
d/q 23. Consumo de capital fixo	11.434	0	0	11.434	12.843	12.671	0	36.947
d/q 24. Juros	190.847	3.344	-6.124	188.066	11.912	1.231	-9.542	191.667
31. Investimento líquido	-9.566	0	0	-9.566	13.491	4.967	0	8.891
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-68.515	14.520	0	-53.995	-20.213	-2.567	0	-76.775
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	58.706	11.399	0	70.105	-10.787	-4.708	0	54.610
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	7.295	0	0	7.295	26.194	n.d.	0	n.d.
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-66.647	14.520	0	-52.128	6.121	15.070	0	-30.937
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-78.081	14.520	0	-63.561	-6.722	2.399	0	-67.884

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2020/2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2020.IV	2021.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	843.431	1.022.524	179.094	21,23%
d/q 1411. Juros	36.114	60.283	24.168	66,92%
2M. Despesa (2+31)	1.041.195	1.099.299	58.104	5,58%
2. Gasto	1.032.198	1.090.409	58.211	5,64%
d/q 23. Consumo de capital fixo	31.947	36.947	5.000	15,65%
d/q 24. Juros	132.185	191.667	59.482	45,00%
31. Investimento líquido	8.997	8.891	-106	-1,18%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-197.764	-76.775	120.989	-61,18%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	-101.694	54.610	156.303	-153,70%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 13 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

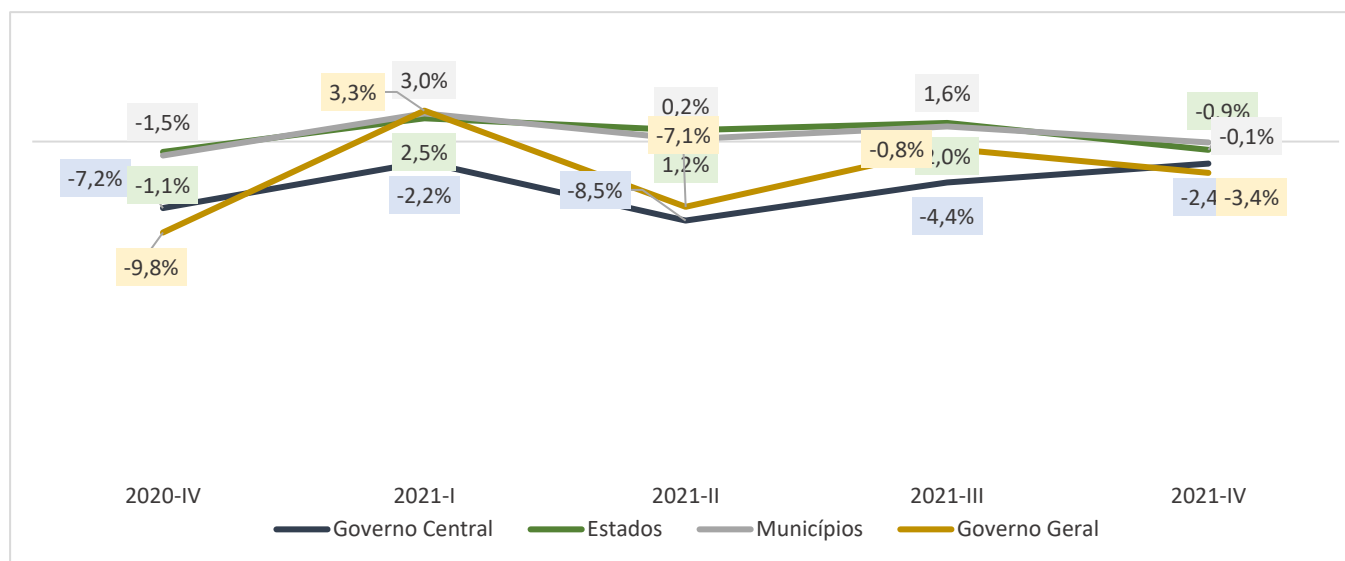


Gráfico 14 – Receita e despesa do governo geral – 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

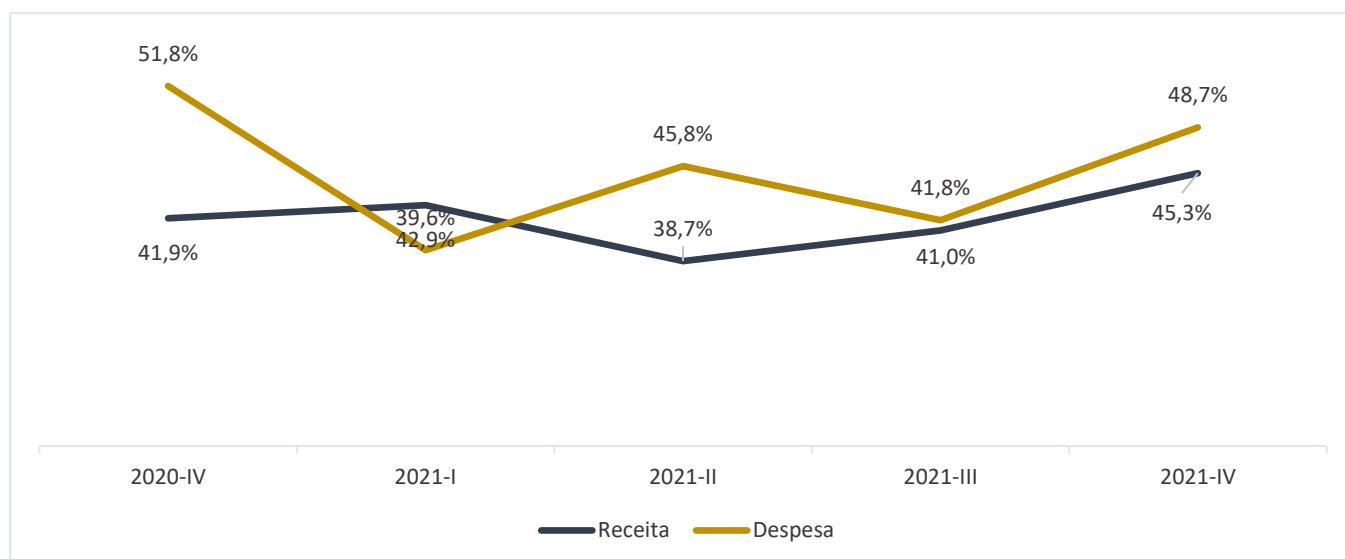


Tabela 10 - Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2021

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipa is	Coluna de consolida ção	Governo Geral ²
	Orçamen tário	Extraorça mentário	Coluna de consolida ção	Governo Central consolida do				
1. Receita	29,8%	2,1%	-0,3%	31,7%	14,0%	10,4%	-10,8%	45,3%
d/q 1411. Juros	2,8%	0,3%	-0,3%	2,8%	0,1%	0,1%	-0,4%	2,7%
2M. Despesa (2+31)	32,9%	1,5%	-0,3%	34,1%	14,9%	10,5%	-10,8%	48,7%
2. Gasto	33,3%	1,5%	-0,3%	34,5%	14,3%	10,3%	-10,8%	48,3%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%	0,6%	0,6%	0,0%	1,6%
d/q 24. Juros	8,5%	0,1%	-0,3%	8,3%	0,5%	0,1%	-0,4%	8,5%
31. Investimento líquido	-0,4%	0,0%	0,0%	-0,4%	0,6%	0,2%	0,0%	0,4%
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1- 2M)	-3,0%	0,6%	0,0%	-2,4%	-0,9%	-0,1%	0,0%	-3,4%
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	2,6%	0,5%	0,0%	3,1%	-0,5%	-0,2%	0,0%	2,4%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	1,2%	n.d.	0,0%	n.d.
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-3,0%	0,6%	0,0%	-2,3%	0,3%	0,7%	0,0%	-1,4%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-3,5%	0,6%	0,0%	-2,8%	-0,3%	0,1%	0,0%	-3,0%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

3. Receita do Governo Geral

Tabela 11 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	673.464	48.286	-6.124	715.625	315.946	234.323	-243.370	1.022.524
11. Impostos	357.146	0	0	357.146	198.905	45.065	0	601.116
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	197.604	0	0	197.604	0	0	0	197.604
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	8.241	0	0	8.241	0	0	0	8.241
113. Impostos sobre a propriedade	506	0	0	506	10.884	15.645	0	27.035
114. Impostos sobre bens e serviços	134.514	0	0	134.514	188.021	29.420	0	351.955
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	16.281	0	0	16.281	0	0	0	16.281
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	182.800	41.366	0	224.166	25.907	14.554	0	264.626
13. Transferências / Doações	204	0	0	204	67.962	165.667	-233.828	5
14. Outras receitas	133.314	6.920	-6.124	134.110	23.172	9.038	-9.542	156.777
1411. Juros	63.627	6.464	-6.124	63.967	2.486	3.372	-9.542	60.283
14x. Demais	69.687	456	0	70.143	20.686	5.665	0	96.495

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 12 - Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2020/2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2020.IV	2021.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	843.431	1.022.524	179.094	21,23%
11. Impostos	498.778	601.116	102.338	20,52%
12. Contribuições sociais	252.592	264.626	12.034	4,76%
13. Transferências / Doações	50	5	-45	-89,94%
14. Outras receitas	92.012	156.777	64.766	70,39%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 15 - Evolução da receita por esfera de governo – 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

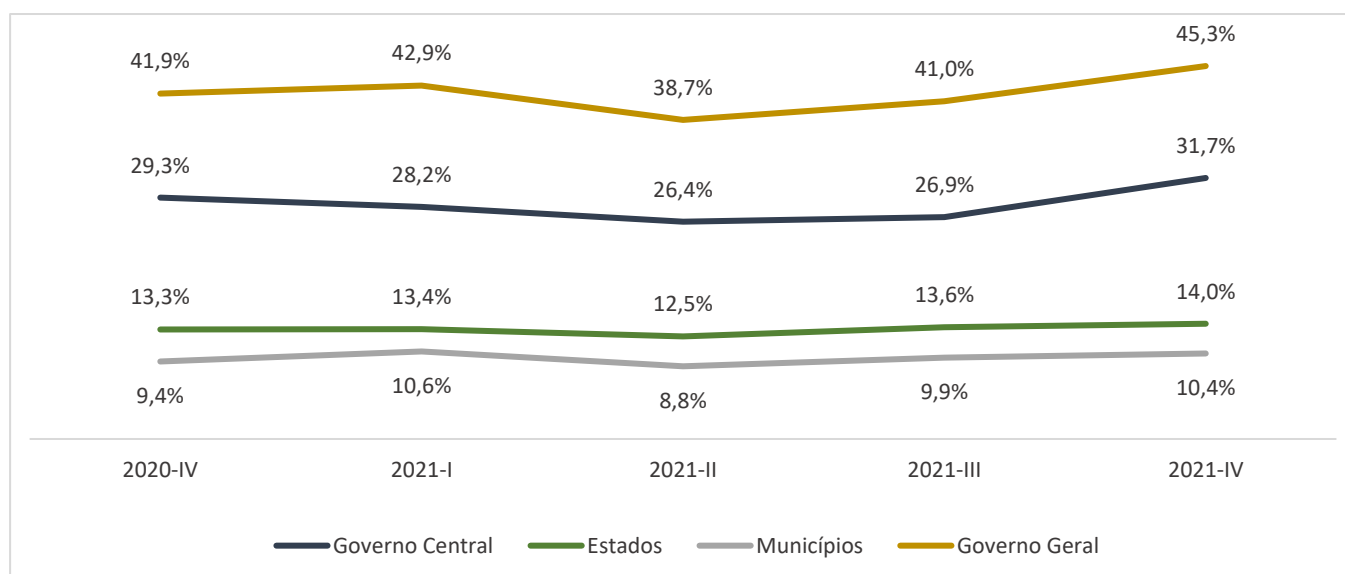
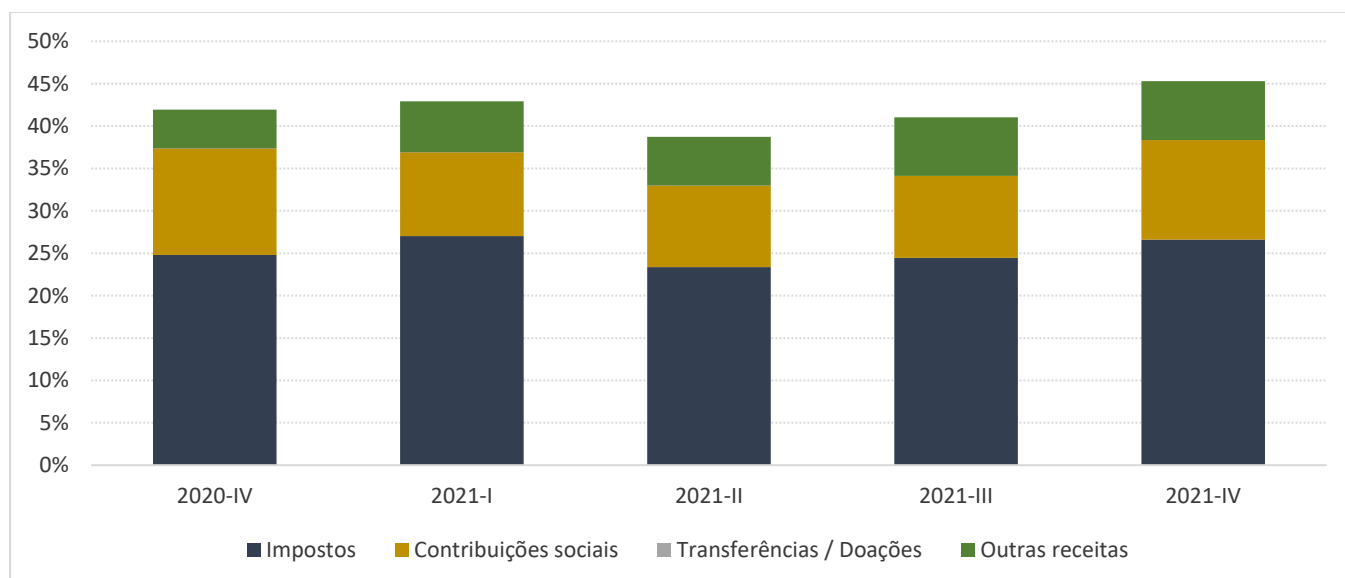


Gráfico 16 - Composição da receita do governo geral – 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



4. Despesa do Governo Geral

Tabela 13 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	741.978	33.766	-6.124	769.620	336.159	236.890	-243.370	1.099.299
2. Gasto	751.545	33.766	-6.124	779.187	322.668	231.924	-243.370	1.090.409
21. Remuneração de empregados	84.961	0	0	84.961	113.100	105.457	0	303.517
22. Uso de bens e serviços	20.033	455	0	20.488	50.378	73.743	0	144.609
23. Consumo de capital fixo	11.434	0	0	11.434	12.843	12.671	0	36.947
24. Juros	190.847	3.344	-6.124	188.066	11.912	1.231	-9.542	191.667
25. Subsídios	3.140	0	0	3.140	279	325	0	3.744
26. Transferências / Doações	176.023	0	0	176.023	57.805	1.545	-233.828	1.545
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	247.451	29.968	0	277.419	60.402	19.394	0	357.215
28. Outros gastos	17.656	0	0	17.656	15.949	17.559	0	51.163
31. Investimento líquido	-9.566	0	0	-9.566	13.491	4.967	0	8.891
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	8.066	0	0	8.066	26.505	17.869	0	52.440
31.2. Venda de ativos não financeiros	6.199	0	0	6.199	172	232	0	6.603
31.3. Consumo de capital fixo	11.434	0	0	11.434	12.843	12.671	0	36.947

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 14 - Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2020/2021

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2020.IV	2021.IV	Diferença	Variação %
2M. Despesa (2+31)	1.041.195	1.099.299	58.104	5,58%
2. Gasto	1.032.198	1.090.409	58.211	5,64%
21. Remuneração de empregados	289.338	303.517	14.179	4,90%
22. Uso de bens e serviços	119.183	144.609	25.427	21,33%
23. Consumo de capital fixo	31.947	36.947	5.000	15,65%
24. Juros	132.185	191.667	59.482	45,00%
25. Subsídios	2.995	3.744	749	25,00%
26. Transferências / Doações	2.417	1.545	-871	-36,06%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	418.581	357.215	-61.366	-14,66%
28. Outros gastos	35.552	51.163	15.611	43,91%
31. Investimento líquido	8.997	8.891	-106	-1,18%
Aquisição de ativos não financeiros	42.213	52.440	10.228	24,23%
Venda de ativos não financeiros	1.269	6.603	5.334	420,34%
Consumo de capital fixo	31.947	36.947	5.000	15,65%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 17 – Evolução das despesas por esfera de governo - 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

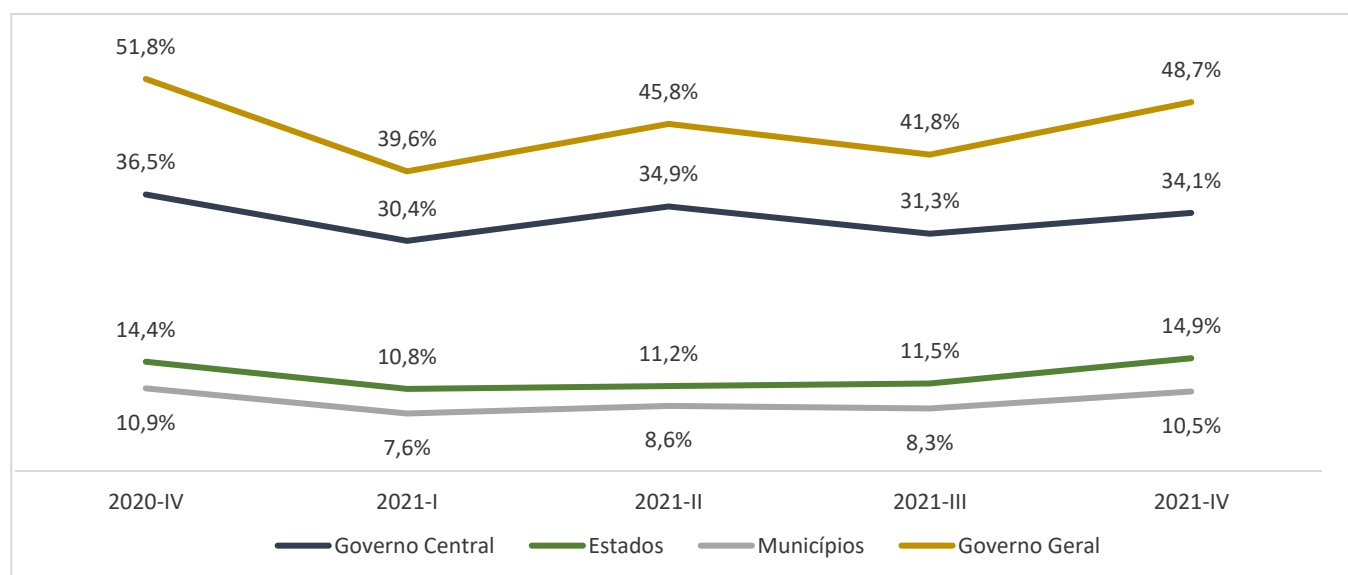


Gráfico 18 – Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do governo geral - 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

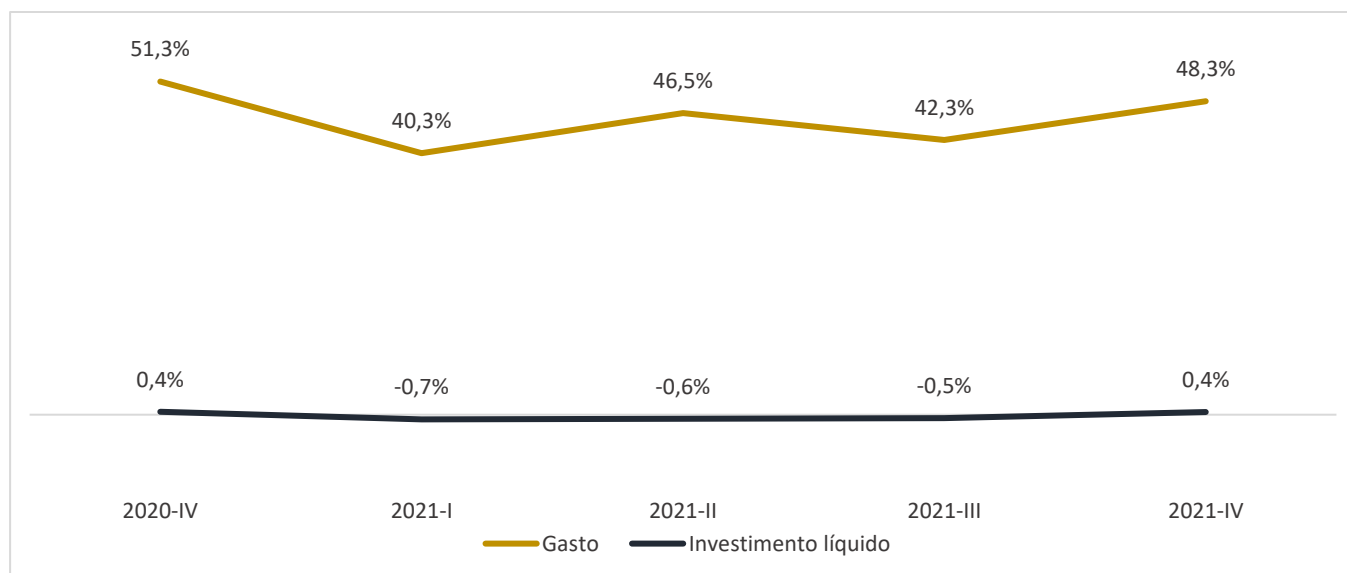


Gráfico 19 - Composição do gasto do governo geral - 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

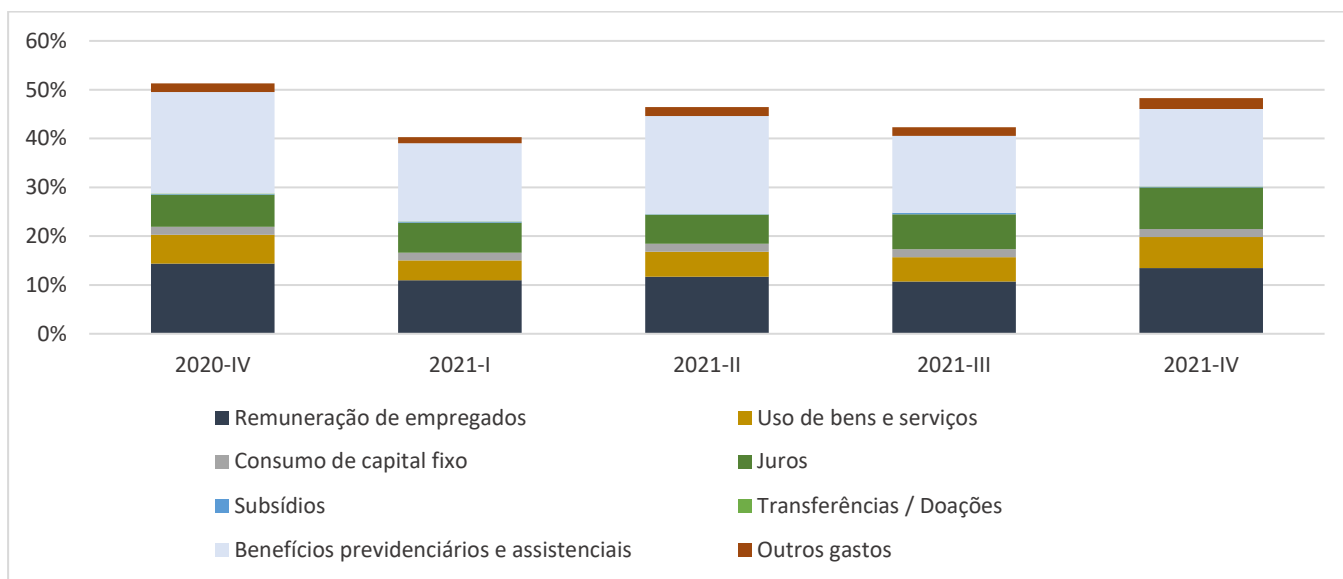


Gráfico 20 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2020/2021

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

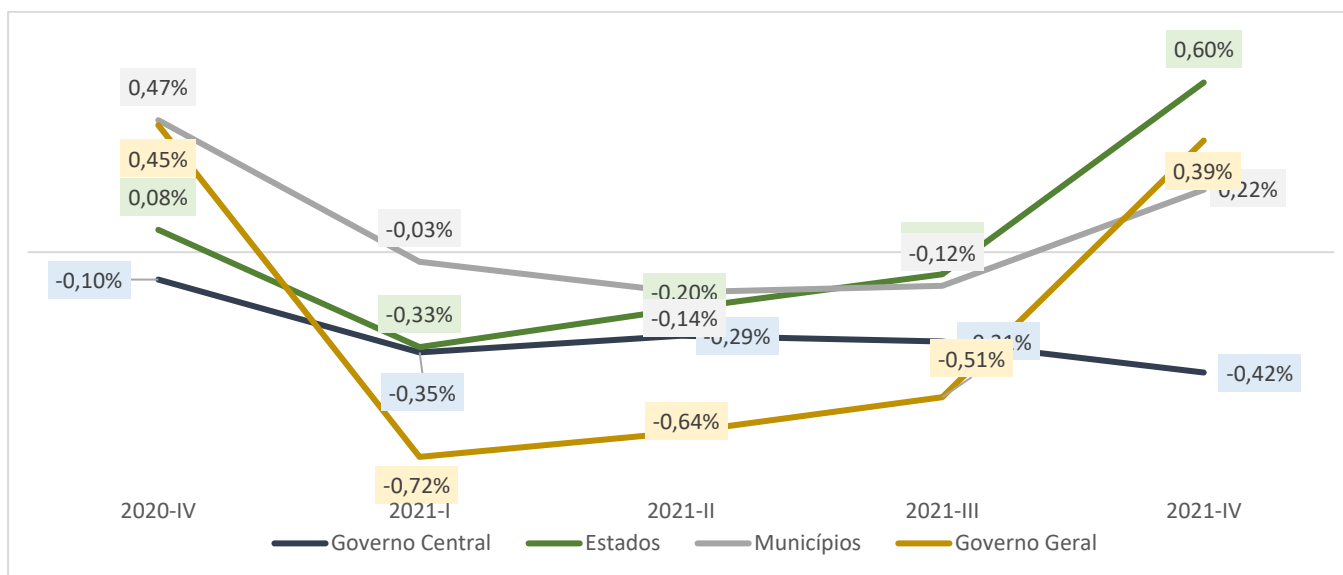
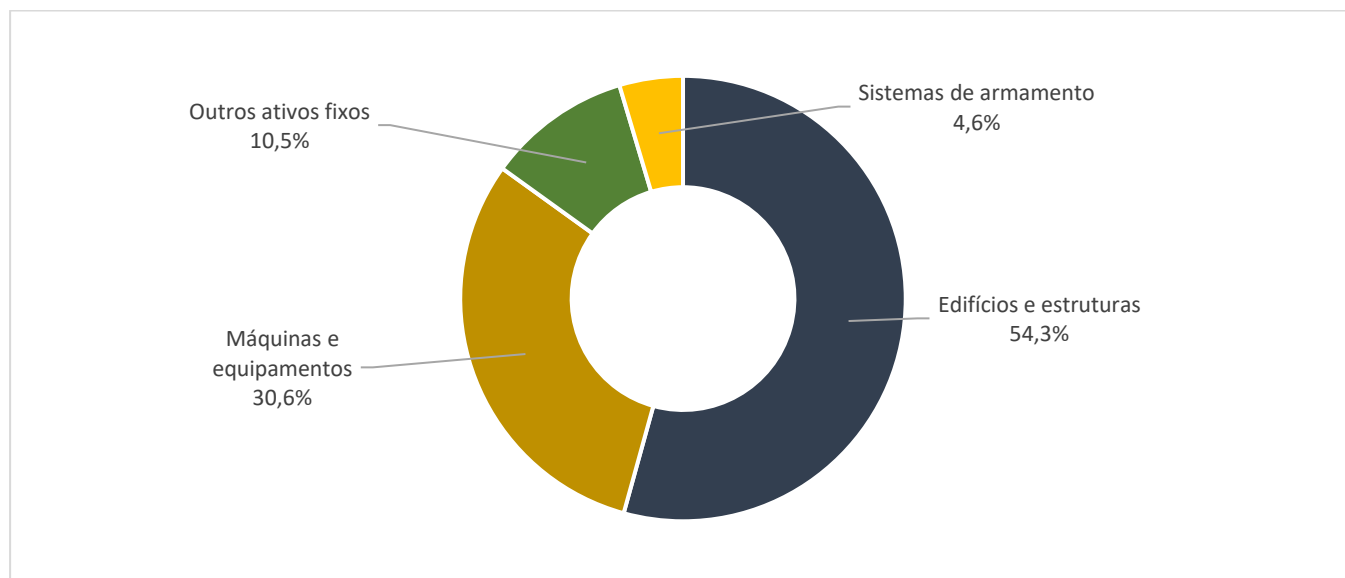


Gráfico 21 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do governo central – 2021.IV

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

5. Notas Metodológicas

5.1. Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

5.2. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

5.2.1. Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

5.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

5.3. Fontes e metodologia

5.3.1. Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias

inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

5.3.2. Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os

pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

5.3.3. Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o MEFP 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

5.4. Indicadores GFS

5.4.1. Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.

c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

5.4.2. Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

5.5. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014 §5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Até o momento essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020 foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do MEFP 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as

transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014 que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Maiores informações estão disponíveis na Nota Metodológica nº 1 - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral disponível no site do Tesouro Nacional em:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

5.6. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

5.7. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>